

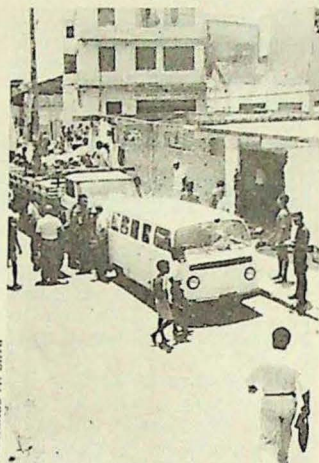
FMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
Vilão do Bolão		
Data		
14.03.92		
Capítulo	Página	
Cidade	2	
Seção		
Assunto		
Habitação		

Mandado de demolição prejudica casas e barracos em 2 bairros

Um verdadeiro clima de sexta-feira 13 viveram ontem os moradores da rua Francisco Góes Calmon em São Caetano, e da Avenida Jorge Amado, na Boca do Rio. Sem condições de sustar um mandado de demolição, eles viram ir ao chão em poucas horas casas que foram construídas com muito sacrifício. Entre os escombros do que sobrou das três casas comerciais destruídas e dos barracos da invasão na Boca do Rio, a única certeza dos proprietários era de que não existe mais Justiça.

Em São Caetano, o cumprimento da ação de demolição expedida pela 3ª Vara Civil atingiu integrantes de uma mesma família. Apesar de mostrarem para duas oficiais de Justiça a documentação atestando a propriedade do terreno, Antônio Carlos Pereira da Silva não conseguiu evitar que sua mercearia fosse colocada de qualquer maneira na calçada. Há 53 anos residindo no local, Antônio Carlos, muito emocionado e com os olhos inchados e vermelhos, não sabia o que fazer.

A esposa de Antônio Carlos, Maria Anita Silva, apesar de nervosa, argumentava que a Justiça não retirou



Raimundo A. Silva

Moradores foram surpreendidos

apenas sua casa, "mas também o direito de sobreviver". Vivendo à base da renda da mercearia e com três filhos, ela ressalta que "Justiça nessa terra é apenas para retirar dos pobres o direito da educação, moradia e alimentação". O sobrinho Alberto Fer-

nando dos Santos Silva, que também teve uma casa demolida, explicou que a família foi criada toda em São Caetano.

Com a voz embargada, Antônio Carlos ressaltou que o terreno, em litígio há mais de 20 anos na Justiça, pertencia a uma fazenda de Francisco Correa da Cunha. Antes de vender a fazenda, em 1937 para Renato Shindler, Francisco desmembrou uma área de três mil metros quadrados e concedeu a seu pai, Adolfo Pereira da Silva, que já morava no terreno. Logo depois da morte de Adolfo, Renato Shindler começou a brigar na Justiça com os filhos para conseguir a reintegração do terreno.

Enquanto as duas oficiais de Justiça, que não quiseram se identificar, garantiram que a demolição estava restrita apenas a três casas, os outros integrantes da família Pereira da Silva, apavorados, temiam ver seus imóveis destruídos. Um deles era Arlindo, que com dois filhos para criar e sobrevivendo exclusivamente da venda de cerveja, não sabia a quem recorrer se isso realmente acontecesse, já que os outros irmãos, Adolfo Filho, Raimundo, Antônio, e Gabriel também estariam na mesma situação.